



A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS E A CREDIBILIDADE DA AUTORIDADE MONETÁRIA BRASILEIRA UM ENSAIO COM A PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS

Gabriel Azevedo as Costa Machado (UERJ) machado.gabriel@graduacao.uerj.br
Diego de Moraes Ferreira (UER) diegomoraes232@gmail.com
Daiane Rodrigues dos Santos (UERJ/UCAM) daianesantoseco@gmail.com
Christiano Arrigoni (UERJ/IBMEC-RJ) christiano.arrigoni@gmail.com

Resumo

A política monetária é uma ferramenta fundamental na gestão econômica, os Bancos Centrais têm a responsabilidade de executar uma política monetária eficaz para garantir a estabilidade econômica e combater a volatilidade dos preços dos bens e serviços. A independência e a credibilidade de um Banco Central é um fator importante para a implementação bem-sucedida da política monetária e sua eficácia. A credibilidade de um Banco Central está definida pelo quanto os agentes econômicos acreditam que o mesmo fará o que foi proposto anteriormente, e para isso a autonomia operacional, definida pelo grau de irreversibilidade das decisões do Banco Central por ações de terceiros, é um fator fundamental para atingir metas e objetivos. O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção de um grupo de universitários sobre a independência e o grau de credibilidade do BACEN, a percepção da inflação e a política monetária com a finalidade de controlar a inflação. Para tal foi utilizado formulário eletrônico em uma amostra não probabilística.

Palavras-Chaves: Expectativa de inflação, Credibilidade, Política Monetária

1. Introdução

Um dos benefícios da independência dos bancos centrais é retirar as pressões políticas das decisões de política monetária. A autoridade monetária pode apresentar diversos graus de liberdade para definir seus objetivos, dentre eles a independência total, independência operacional e dependência, sendo assim uma linha contínua de estágios de funcionalidade que vai desde sujeição até a autonomia. A adoção de um sistema dotado de um Banco Central independente se justifica graças ao controle sobre a discricionariedade, sendo capaz de mitigar



o viés inflacionário. De acordo com Silva (2018), bancos centrais independentes possuem regras oficiais de conduta a serem seguidas, quer de natureza política (como a redução do desemprego em ciclos eleitorais), quer de natureza econômica.

Uma característica importante da política monetária é a defasagem entre o planejamento, aplicação e efeito de conduta monetária nos indicadores econômicos, como por exemplo, a inflação. Além disso, normalmente o custo de tal política é sentido no curto prazo enquanto o benefício é colhido no médio/longo prazo. Logo, ações monetárias apresentam um horizonte de retorno de longo prazo, cujo custo inicial no curto prazo seja diluído conforme o tempo, e para isso é necessário um Banco Central (BC) com autonomia e sem influência de terceiros que no geral buscam resultados no curto prazo. Resultados empíricos sobre a independência monetária estão mais evidentes em economias mais desenvolvidas, o que reforça a ideia de que indicadores macroeconômicos possuem um melhor desempenho quando a autoridade monetária detém maior liberdade.

Como a política monetária é uma ferramenta fundamental na gestão da saúde financeira de uma economia, os bancos centrais têm a responsabilidade de executar uma política monetária eficaz para garantir a estabilidade econômica e combater a volatilidade dos preços praticados na economia em questão. Como supracitado, a credibilidade de um banco central é um fator importante para a implementação bem-sucedida da política monetária e sua eficácia. Um banco central deve ser visto como uma instituição confiável e experiente, que usa seus poderes apenas com responsabilidade e com o maior benefício para os agentes econômicos. A credibilidade do BC influencia diretamente a expectativa dos agentes econômicos. Autoridades monetárias que alcançam e mantêm metas estabelecidas possuem um indicador de maior confiança dentre os agentes, que por sua vez agem conforme as expectativas levantadas pela política monetária. A autonomia do BC está diretamente ligada à sua credibilidade, já que quanto mais livre for as ações tomadas pelo banco, maior será o poder que ele exerce sobre a economia como todo, o que facilita o cumprimento de objetivos previamente definidos.

De acordo com De Mendonça (2000), O conceito credibilidade pode ser entendido como o nível de confiança que os agentes econômicos depositam na exequibilidade de uma política anunciada ser implementada e ser cumprida até o fim. Ou seja, uma política inspirará maior credibilidade se ela sinalizar aos agentes uma chance reduzida da ocorrência de inconsistência temporal. Assim, se por exemplo o BC ao longo de sua história obteve êxito no combate à inflação (o que implica conquista de



reputação) os agentes acreditam que o BC terá sucesso no controle da inflação futura, o que, por sua vez, denota alto grau de credibilidade.

Credibilidade, conceito que surgiu em meados da década de 1970, também recebeu diversas definições. Segundo F. Kydland e E. Prescott (1977), um banco central será credível se a sua política for temporalmente coerente. Assim concebida, a credibilidade exige o abandono de políticas discricionárias. Esta recomendação é fundamental para a abordagem da credibilidade. De acordo com Aguiar (2018), o banco central deve abandonar qualquer tentação de provocar “surpresas inflacionárias” porque, na presença de agentes bem-informados, a inflação esperada é idêntica à inflação real.

A realidade dos mercados financeiros tem modificado a visão dos *policymakers* em relação à teoria da expectativa racional. A credibilidade dos Bancos Centrais é importante, pois torna a desinflação menos dispendiosa, auxilia na manutenção dos baixos índices de inflação quando esta já está baixa, facilita a defesa da moeda, e fortalece a independência do Banco Central (BLINDER, 2000).

A política monetária exercida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) tem impacto significativo sobre as expectativas econômicas do público em geral. Em outras palavras, a credibilidade do BACEN influencia diretamente a expectativa dos agentes econômicos sobre os principais indicadores, através de informações referentes às medidas monetárias que a autoridade irá adotar em um dado período e se ela tem a capacidade de cumprir com as obrigações de metas anunciadas (CAMPOS, 2015). Desta forma, quando o BACEN não consegue honrar seus compromissos e metas ou quando sua precisão de avaliação monetária é falha, e ele passa a enfrentar desconfianças dos agentes econômicos.

Essas mudanças na perspectiva econômica, por parte dos agentes, são baseadas na teoria das expectativas racionais de credibilidade, onde os agentes utilizam as informações disponíveis para formar a “melhor” expectativa possível para uma determinada variável macroeconômica segundo algum critério razoável. Logo, quando o BACEN estabelece metas de inflação para períodos futuros com base nos dados fornecidos no presente, induz expectativas econômicas aos agentes sobre a taxa de inflação futura, o que acarretará numa mudança dos índices inflacionários durante o período corrente (CAMPOS, 2015).



Segundo Gomes e Silva (2016), o Brasil adotou um Regime de Metas Inflacionária (RMI) a partir de 1999, que tinha como objetivo principal assegurar, junto aos agentes econômicos, um nível inflacionário aceitável com a meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Desta forma, a influência das medidas adotadas pelo BACEN recai muito mais sobre as expectativas de inflação do público, que por sua vez irá afetar os índices inflacionários, e conseqüentemente a inflação. Vale ressaltar, que o principal instrumento usado pelo BACEN para controle/fixação da inflação dentro da meta estabelecida é a Taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia brasileira. De acordo com SARTORI (2014, p.01), “o regime de metas de inflação é definido como uma estratégia de condução da política monetária e possui como objetivo principal o compromisso institucional com a estabilidade de preços no longo prazo”.

De acordo com Aguir, (2018), a implementação de um regime de metas de inflação ajuda a mitigar a falta de confiança de que as autoridades monetárias hoje inspiram os agentes econômicos e de fato fortalecerá a credibilidade do banco central na condução da política monetária.

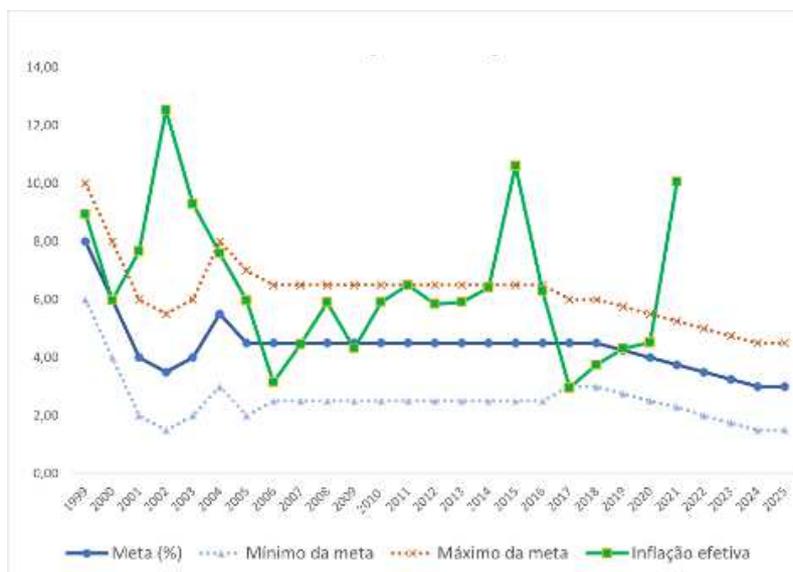
O regime de metas de inflação adotado pelo BACEN é um indicador necessário para justificar a condução da política monetária a ser seguida. Porém, e se a inflação observada não for mantida em torno da meta conforme determinação do BACEN? Em 2015, a meta de inflação proposta pelo BACEN era de 4,5% a.a, com um intervalo de tolerância de 2,5%-6,5%, contudo a inflação apresentada foi de 10,67%, ou seja, uma diferença de mais de 5 pontos percentuais em relação à meta fixada (BACEN, 2015). Períodos de descontrole inflacionário levantam diversas dúvidas sobre a reputação do BACEN em manter os seus compromissos com a sociedade em dia, além de diminuir o nível de previsibilidade da economia, afetando de forma significativa o planejamento de projetos futuros do governo e das famílias. Segundo Barro e Gordon (1983), a persistência da inflação fora da meta estipulada é reflexo da perda de credibilidade da autoridade monetária, caso esta não cumpra os acordos previamente estabelecidos.

Apesar de um entendimento teórico, determinar uma variável que indique a credibilidade das autoridades monetárias através de um resultado numérico é uma tarefa de difícil aplicabilidade. Para isso, este trabalho procura estudar possíveis mudanças na expectativa dos agentes quanto à credibilidade do BACEN.

2. Inflação, Meta de Inflação e Expectativa dos Agentes Econômicos.

Conforme pode ser observado na Figura 1, as taxas de inflação entre 2004 até 2014 estavam dentro da meta inflacionária imposta pelo Banco Central, cenário que mudou em 2015 com a variação de 4,26 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Essa aceleração na inflação foi relacionada a depreciação cambial e inércia inflacionária que ocorreram no período, com o aumento de preço no setor alimentício, habitacional e de combustível. Outro período de descontrole inflacionário ocorreu em 2020 com o início da crise do Covid 19, e seus efeitos ainda estão visíveis sobre os preços atuais, sinal de que a economia mundial ainda se recupera do choque econômico dos últimos dois anos.

Figural - Meta da inflação e inflação realizada por ano, 1999 a 2025.



Fonte: Banco Central do Brasil.

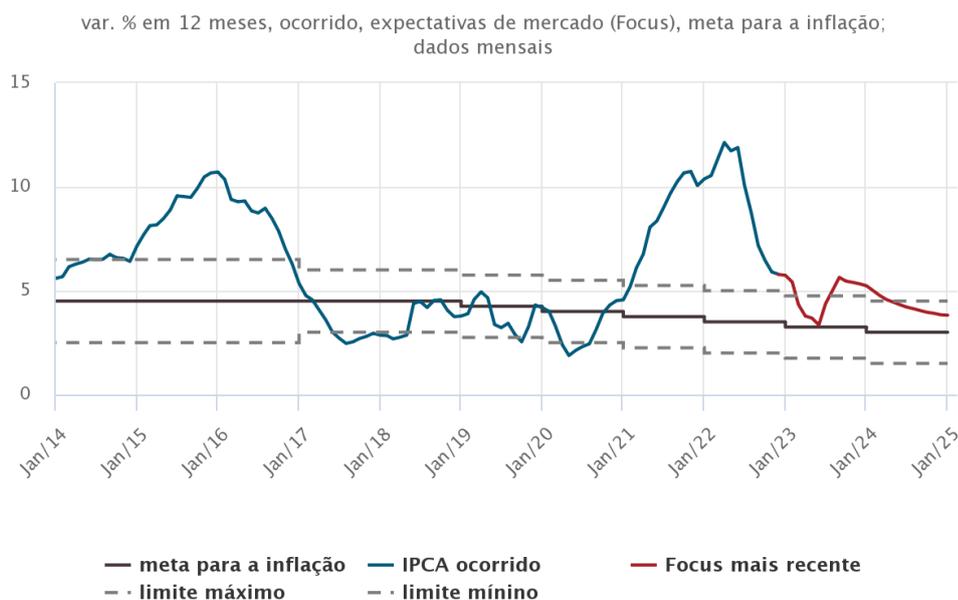
De acordo com a Figura 2, a inflação brasileira (medida pelo IPA), assim como em 2015 e 2016, acumulou valor superior a meta estabelecida de Banco Central e o COPOM. Os principais analistas ouvidos pelo BACEN acreditam que até o início de 2024 ela retorne ao intervalo (linha pontilhada) e se estabilize. Na última reunião ocorrida no fim de 2022 houve uma discussão sobre as perspectivas inflacionárias a partir das informações mais recentes. Alguns membros



notaram o movimento benigno de commodities em reais, ressaltando riscos de queda adicional à frente. Outros membros enfatizaram o caráter volátil desses preços em ambiente de estoques pressionados. Por fim, todos avaliaram que a inflação corrente não surpreendeu de forma relevante em relação à expectativa ou alterou substancialmente o entendimento a respeito da dinâmica futura de inflação. Além disso, ressaltaram que a desinflação de serviços e dos núcleos de inflação, componentes de maior inércia, demandarão maior atenção e perseverança na condução da política monetária (Atas do Comitê de Política Monetária – Copom 251ª Reunião - 6-7 dezembro, 2022).

Na 251ª o Comitê ressaltou ainda que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos; e (iii) um hiato do produto mais estreito que o utilizado atualmente pelo Comitê em seu cenário de referência, em particular no mercado de trabalho. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local; (ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (iii) a manutenção dos cortes de impostos projetados para serem revertidos em 2023. A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal, requer serenidade na avaliação dos riscos. O Comitê acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva.

Figura 2 – Variação das expectativas de mercado (Focus), da Meta de inflação e da inflação realizada. Dados de 2014 a 2025.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Como destacado na Figura 3, as expectativas com relação a inflação brasileira são superiores ao intervalo da meta de inflação estabelecida pelo COPOM/BACEN. De acordo com o Órgão, a elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos¹. O Comitê, ressaltou no Relatório de Inflação divulgado em 15 de dezembro de 2022 que acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação, com potenciais impactos sobre a dinâmica da inflação prospectiva.

Cabe destacar que não só o Brasil está vivendo um período de inflação alta e expectativa elevada para 2022 e 2023, como pode ser visto na Figura 3, o Chile, a Colômbia, o México, o Peru, a Hungria, a Ucrânia e a Rússia também passam por esse processo.

Figura 3 – Expectativas de inflação de países selecionados

¹https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/RI%202022%204T_15.12.22.pdf Acessado em: 25 de janeiro de 2023



Fonte: Banco Central do Brasil.

3. Metodologia

Para compreender a percepção do público em relação à credibilidade do BACEN, elaborou-se um questionário eletrônico contendo 10 questões. A amostragem foi do tipo de bola neve, onde um respondente encaminha para outros potenciais respondentes (DANCEY; REIDY; ROWE, 2017). De acordo com Noy (2008), a amostragem do tipo bola de neve participa da dinâmica das redes sociais naturais e orgânicas. O emprego da amostragem bola de neve nas redes sociais orgânicas traz à tona dois conceitos relevantes: (1) Conhecimento social: Capturado no projeto de amostragem de bola de neve, o conhecimento social é atualmente visto como principalmente dinâmico, processual e emergente. (2) Relações de poder: Relacionada com a noção de conhecimento social está a noção de poder relações que ocorrem entre o(s) pesquisador (es) e o(s) pesquisado(s) e entre os próprios informantes. Esse recurso também está vinculado ao fato de que a amostragem de bola de neve faz uso de redes sociais naturais.

A “semente” foram alunos de graduação da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. (Mattar, F. p. 132, 1996). A razão para o uso da amostragem não probabilística, no presente estudo, se refere às limitações de tempo necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem probabilística. Assim, a amostra obtida não é probabilística.

Dentre as questões elaboradas, nove eram escalas de percepção e uma fechada sobre ser estudante de economia da FCE/UERJ ou outra categoria, como pode ser visto no Quadro 1. O questionário ficou disponível para ser respondido do dia 05/08/2022 ao dia 12/08/2022. Na última questão foi apresentado um gráfico, Figura 1, com a série histórica para meta da inflação e inflação efetiva.

4. Resultado da pesquisa com os estudantes universitários

De acordo com Camargo (2009) partir da década de 70, iniciou-se, em vários países do mundo, um processo de liberalização e desregulamentação do setor de serviços financeiros. Gradualmente, foram sendo eliminadas as restrições sobre operações financeiras, estabelecidas após a crise de 1929. A presença do Estado é diminuída e surgem inovações tecnológicas e financeiras, como a securitização, os derivativos e as operações fora do balanço. Essas mudanças alteram a forma de atuação desse setor, principiando um acentuado processo de consolidação do setor de serviços financeiros, por meio de fusões e aquisições, de modo a obter economias de escala e poder de monopólio no mercado bancário.

A informação sobre ser estudante de economia da FCE/UERJ foi agrupada em duas categorias: Estudantes de Economia e Não sou estudante de economia. O objetivo principal do formulário é avaliar o conhecimento do indivíduo sobre assuntos relacionados a política monetária do Brasil, iniciando de forma simples ao definir conceitos básicos de inflação e poder de compra, no Quadro 1 são apresentadas as perguntas entregues aos respondentes.

Quadro 1 - Questões da pesquisa eletrônica.

Número	Texto da questão	Opções de resposta
Q1	Você é aluno de economia da UERJ? Qual o grau de escolaridade? Qual a sua faixa de renda? Qual a região? Faixa de idade?	Sim ou Não Preenchimento do livre Preenchimento do livre Preenchimento do livre Preenchimento do livre
A credibilidade pode ser definida como "Um banco central (Bacen) é confiável se as pessoas acreditam que ele fará o que diz" (<i>"A central bank is credible if people believe it will do what it says."</i>) (Blinder, 2000).		
Inflação é o aumento gradual e persistente dos preços dentro de uma economia, o que acaba implicando na diminuição do poder de compra da população no geral. Existem diversas formas de calcular a inflação, sendo a mais comum no Brasil o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).		

O poder de compra é a capacidade dos indivíduos adquirirem bens e serviços dentro de uma economia a partir da transação monetária, ou seja, utilização do dinheiro para aquisição de bens necessários para a manutenção do bem-estar.		
Q2	No último ano você sentiu que seu poder de compra mudou? Se sim classifique. (não mudou, diminuiu, aumentou, não sei responder.	Sim ou Não Caso sim, diminuiu, aumentou ou não sei responder
Q3	Você sabia que existe meta de inflação no Brasil?	Sim ou Não
Q4	Reputação do BACEN	Escala de 1 a 5 1 – Muito ruim 2 – Ruim 3 – Neutro 4 – Boa 5 – Muito boa Não sei responder
Q5	Transparência sobre o cálculo da meta de inflação	
Q6	Independência do BACEN	
Q7	Acesso à informação do BACEN	
Sua percepção sobre o combate à inflação.		
Q8	É dever do BACEN combater a inflação	Escala de 1 a 5 1 – Discordo totalmente 2 – Discordo parcialmente 3 – Neutro 4 – Concordo parcialmente 5 – Concordo totalmente
Q9	O BACEN deve dar incentivos fiscais	
Q10	De 0 a 10, o quanto você confia no BACEN?	Escala de 1 a 10
Q11	Considerando o gráfico acima, o quanto você confia nas metas de inflação do BACEN?	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Antes das perguntas serem respondidas, no formulário foi apresentado um termo de concordância de participação da pesquisa de campo, onde o avaliado poderia responder se estava de acordo ou não com o estudo apresentado. Sendo assim, todos os dados utilizados para conclusão desta pesquisa foram analisados apenas pelos pesquisadores.

Como supra descrito, a amostragem foi do tipo de bola neve, na qual um respondente encaminha para outros potenciais respondentes. A “semente” foram alunos de graduação da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Assim, a amostra obtida não é probabilística. O questionário foi retornado por 48 respondentes. Cabe destacar ainda que a divulgação do questionário ocorreu durante 3 dias via WhatsApp e Facebook.

Como pode ser visto no Gráfico 1, 56,3% dos respondentes Estudam no curso de Ciências Econômicas da UERJ e o restante, 43,75% estão no momento em outro curso na mesma universidade. Cabe destacar que todos os respondentes estão matriculados em algum curso superior da instituição em questão.

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes respondentes.

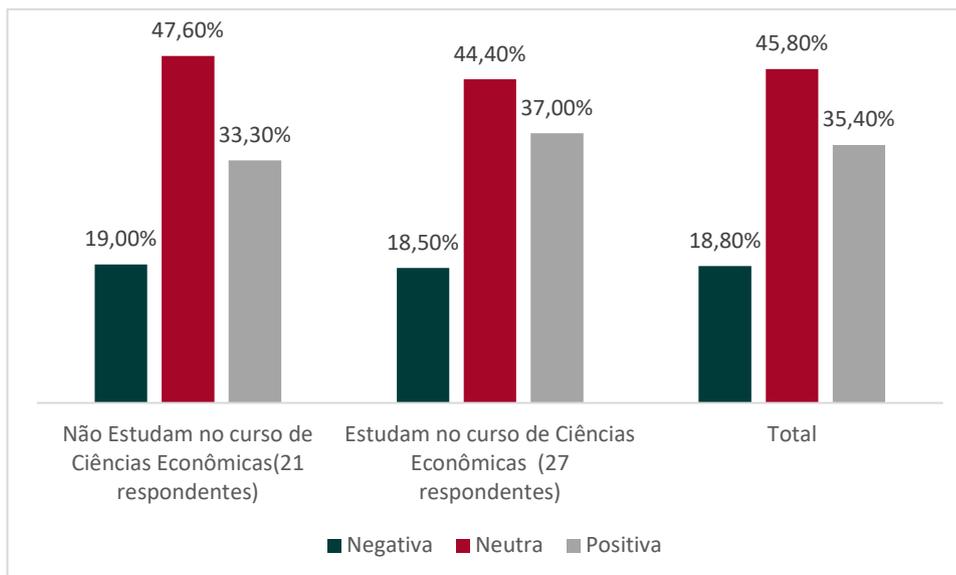


Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Como pode ser visto no Quadro 1 breves explicações sobre o tema desta pesquisa foram introduzidas antes dos respondentes começarem o questionário. O que é inflação, a credibilidade do Banco Central e o poder de compra dos indivíduos.

Dentre os estudantes de economia 18, 5% têm uma percepção negativa da acurácia da meta de inflação do BACEN, o percentual é semelhante entre os não economistas (19,0%), contra 37,0% e 33,3%, respectivamente, que identificam como positiva, como pode ser visto na Tabela 1 e no Gráfico 2.

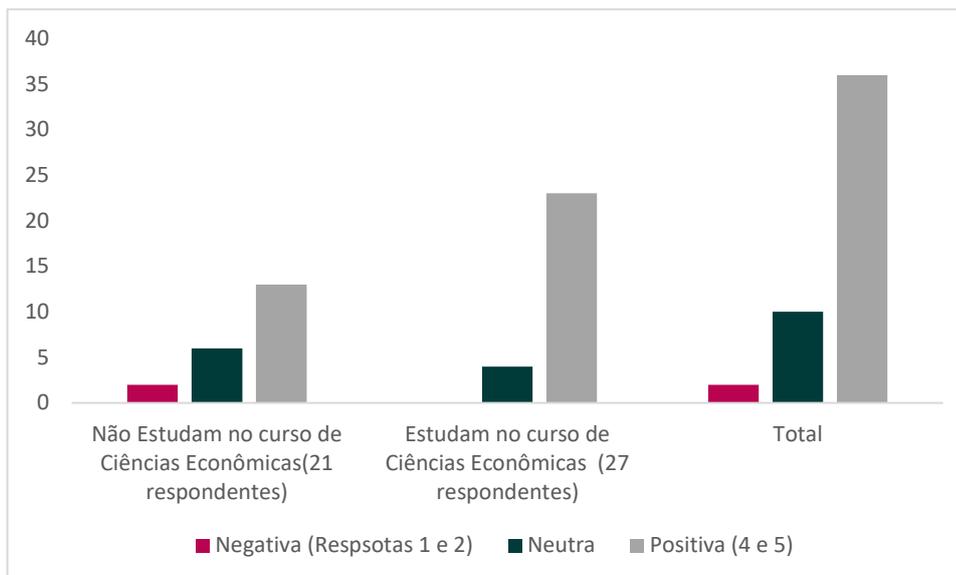
Gráfico 2 - Respostas para a pergunta: No último ano você sentiu que seu poder de compra mudou? Se sim classifique. (não mudou, diminuiu, aumentou, não sei responder.)



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Como supracitado, a credibilidade do banco central é um conceito importante a ser compreendido para entender a evolução da economia nacional e global. A credibilidade pode ser entendida como uma medida de confiabilidade. Um banco central com forte reputação de credibilidade tem maior probabilidade de ser capaz de administrar choques econômicos, enquanto um banco central com reputação fraca pode ter dificuldade em fazê-lo. Quando observada a reputação do BACEN na pesquisa é possível constatar que nenhum dos estudantes de economia considerou a reputação negativa e quando avaliada o acesso à informação do BACEN é visto como positiva pelo mesmo grupo (63,0%). Já entre os não economista esses valores são de 9,5% e 38,1% respectivamente.

Gráfico 3 – Na sua opinião, de 1 a 5 como você considera a reputação do Bacen, sendo um para muito ruim e cinco para muito boa.



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

Tabela 1 – Distribuição dos resultados por grupo.

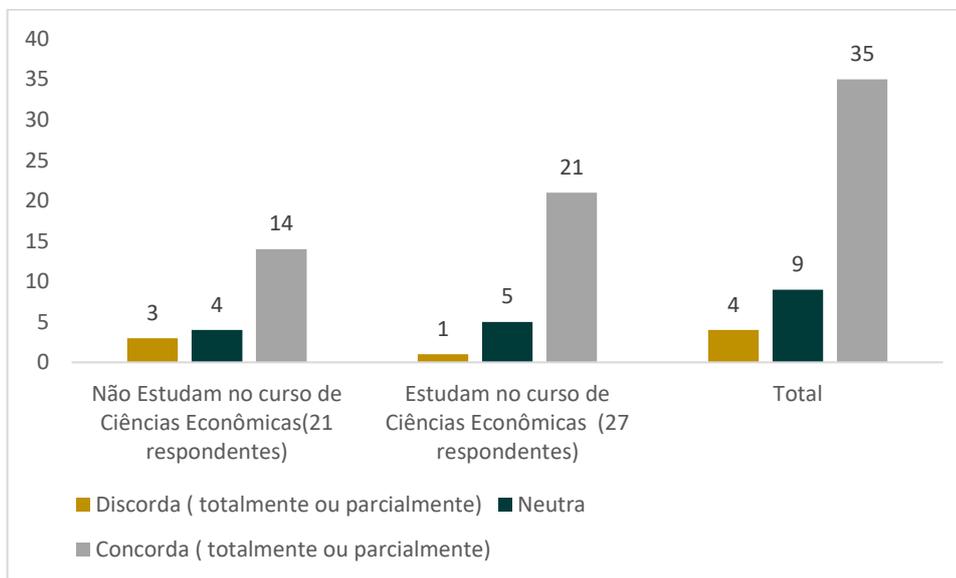
	Não Economista (N=21)	Economista (N=27)	Total (N=48)
Acurácia da meta de inflação			
Negativa	4 (19.0%)	5 (18.5%)	9 (18.8%)
Neutra	10 (47.6%)	12 (44.4%)	22 (45.8%)
Positiva	7 (33.3%)	10 (37.0%)	17 (35.4%)
Reputação do BACEN			
Negativa	2 (9.5%)	0 (0%)	2 (4.2%)
Neutra	6 (28.6%)	4 (14.8%)	10 (20.8%)
Positiva	13 (61.9%)	23 (85.2%)	36 (75.0%)
Transparência sobre o cálculo da meta de inflação			
Negativa	7 (33.3%)	6 (22.2%)	13 (27.1%)
Neutra	7 (33.3%)	8 (29.6%)	15 (31.3%)
Positiva	7 (33.3%)	13 (48.1%)	20 (41.7%)
Independência do BACEN			
Negativa	3 (14.3%)	4 (14.8%)	7 (14.6%)
Neutra	8 (38.1%)	10 (37.0%)	18 (37.5%)
Positiva	10 (47.6%)	13 (48.1%)	23 (47.9%)
Acesso à informação do BACEN			
Negativa	8 (38.1%)	5 (18.5%)	13 (27.1%)

	Não Economista (N=21)	Economista (N=27)	Total (N=48)
Neutra	5 (23.8%)	5 (18.5%)	10 (20.8%)
Positiva	8 (38.1%)	17 (63.0%)	25 (52.1%)
É dever do BACEN combater a inflação			
Discorda	3 (14.3%)	1 (3.7%)	4 (8.3%)
Neutra	4 (19.0%)	5 (18.5%)	9 (18.8%)
Concorda	14 (66.7%)	21 (77.8%)	35 (72.9%)

Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

O Gráfico 4 apresentam as respostas sobre a percepção sobre o combate à inflação. Como pode ser visto, 77,8% dos respondentes que estudam no curso de Ciências Econômicas acreditam que é, de alguma forma, dever do BACEN combater a inflação. Apenas 3,7% dos estudantes discordam dessa afirmação, um percentual muito menor, comparado aos estudando dos outros cursos que responderam à pesquisa.

Gráfico 4– Na sua opinião, de 1 a 5 é dever do BACEN combater a inflação?



Fonte: Elaboração própria com base nas 48 respostas enviadas pelo *Google forms*

5. Conclusão



A política monetária é uma ferramenta fundamental na gestão econômica, os Bancos Centrais têm a responsabilidade de executar uma política monetária eficaz para garantir a estabilidade econômica e combater a volatilidade dos preços dos bens e serviços. A independência e a credibilidade de um Banco Central é um fator importante para a implementação bem-sucedida da política monetária e sua eficácia. A credibilidade de um Banco Central está definida pelo quanto os agentes econômicos acreditam que ele fará o que foi proposto anteriormente, e para isso a autonomia operacional. O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção de um grupo de universitários sobre a independência e o grau de credibilidade do BACEN, a percepção da inflação e a política monetária com a finalidade de controlar a inflação.

Para compreender a percepção do público em relação à credibilidade do BACEN, elaborou-se um questionário eletrônico contendo 10 questões. A amostragem foi do tipo de bola neve, onde um respondente encaminha para outros potenciais respondentes. O questionário foi retornado por 48 respondentes.

Nota-se que a maioria das pessoas dos grupos analisados avaliam positivamente os quesitos relacionados ao BACEN: reputação, transparência, independência, acurácia e acesso à informação. A maior parte concorda que é dever do BACEN combater a inflação

Como a amostra não foi probabilísticos resultados não podem ser extrapolados para a população brasileira, o tamanho pequeno e a não aleatoriedade não permite a realização de testes de hipóteses para identificar a associação das respostas com os grupos (economistas e não economistas). Ainda assim as respostas são importantes para investigar a percepção dos estudantes com relação ao BACEN e sua atuação na economia promovendo a manutenção ou a elevação do bem-estar dos brasileiros via controle da inflação.

REFERÊNCIAS

- Aguir, A. Central bank credibility, independence, and monetary policy. **Journal of Central Banking Theory and Practice**, 7(3), 91-110. 2018.
- ARTORI, Marina Luciano. **O regime de metas de inflação: fundamentação teórica e abordagem empírica para o Brasil**. 2015. Tese de Mestrado.
- Banco Central do Brasil. **Resolução CMN nº 4.237**. Distrito Federal. 2015.
- BARRO, Robert J.; GORDON, David B. A positive theory of monetary policy in a natural rate model. **Journal of political economy**, v. 91, n. 4, p. 589-610, 1983.



BLINDER, Alan S. Central-bank credibility: Why do we care? how do we build it?. **American economic review**, v. 90, n. 5, p. 1421-1431, 2000.

CAMPOS, Bernard Gonin de. **Credibilidade e função de reação do Banco Central do Brasil**. 2015. Tese de Doutorado.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John G.; ROWE, Richard. **Estatística sem matemática para as ciências da saúde**. Penso Editora, 2017.

DE MENDONÇA, Helder Ferreira. A teoria da independência do Banco Central: uma interpretação crítica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 30, n. 1, p. 101-127, 2000.

GOMES, Carlos Eduardo; SILVA, Claudéci. Regime de Metas para a Inflação no Brasil: Uma Abordagem Histórica de 1999 a 2012. **A Economia em Revista-AERE**, v. 24, n. 1, p. 65-86, 2016.

MATTAR, F. Pesquisa de marketing. Ed. Atlas. 1996.

NOY, C.. Sampling knowledge: The hermeneutics of snowball sampling in qualitative research. **International Journal of social research methodology**, 11(4), 327-344. 2008.

Silva, L. S. **Política monetária no Brasil: determinantes da credibilidade do Banco Central no regime de metas de inflação no período de 2002-2016**. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). 2018.